



História e Geopolítica

Sergio Buarque de Holanda

ALÉM dos motivos em parte po-
lêmicos ou apologéticos que
dão excepcional realce à publi-
cação enfim iniciada dos manus-
critos da Coleção De Angelis (*I. Jesuitas e Bandeirantes no Guairá*).
Introdução, notas e glossário por
Jaime Cortesão. Biblioteca Nacio-
nal. Divisão de Obras Raras e
Publicações. Rio de Janeiro, 1951),
há outros que só por si permi-
tiriam considerar essa publicação
um acontecimento realmente me-
morável para os estudiosos de nos-
so passado.

Se é certo que ela parece dar
bons argumentos aos que, domina-
dos por uma visão acentuadamen-
te ética da história, acham neces-
sário reabilitar o sertanista prea-
dor de índios ou condenar sem
apêlo seu inimigo o detratador prin-
cipal — o jesuíta das missões pa-
raguaías — não é menos verdade
que prometem novos caminhos pa-

ra o conhecimento *sine ira* de
aspectos ainda nebulosos da tor-
mação brasileira. E isso se dará,
creio eu, não apenas no caso de
textos que tratam expressamente
do Brasil e dos índios, mamelucos
ou portugueses do Brasil mas tam-
bém no dos que abordam a vida
nascente das povoações platinas
e paraguaías.

Houve momento, com efeito, em
que pareceram quase confundir-se
nas terras da bacia do Prata — e
cumpre não esquecer que entre
ela se inscreve a capitania de Mar-
tim Afonso — as sociedades co-
loniais sujeitas respectivamente às
coroas de Portugal e Castela. E
se em Assunção e Buenos Aires
chegaram a ser numerosos e de
importância notável os portugue-
ses conforme o demonstra entre
outros o livro bem conhecido de
Lafuente Machain, não foram me-
nos abundantes e influentes os

castelhanos, em particular sevi-
lhanos, na vila de São Paulo. Os
historiadores, que, como Taunay,
procuraram esclarecer certos epi-
sódios da história paulista, espe-
cialmente a famosa briga dos Pi-
res e Camargos, acenando para a
presença, no planalto piratininga-
no, de uma poderosa facção es-
panhola, puderam ver suas opi-
niões largamente confirmadas com
a recente divulgação do processo
da devassa do ouvidor João Velho
de Azevedo.

Os traços comuns entre as duas
áreas coloniais, a lusitana e a cas-
telhana, parecem refletidos inclu-
sive no processo inicial de inte-
gração do elemento indígena. Há
alguns anos tive ocasião de ocupar-
me justamente a propósito de um
dos preciosos manuscritos ora pu-
blicados de curiosa instituição que,
segundo um jesuíta anônimo, ser-
viu de base à ocupação do Pa-
raguai: o *cunhadio*. Tomando para
si as mulheres nativas, emprega-
das no labor agrário, de acôrdo
com a tradição indígena que fa-
zia da lavoura mister feminino,
puderam os brancos assegurar-se
rapidamente a cooperação dos ir-
mãos ou parentes dessas mulheres
em suas atividades bélicas, pre-
datórias e aventureiras.



Não é um pouco esse *cunhadio*
— *cunadage* — o que vemos ins-
talar-se ao menos nos primeiros
tempos entre os colonizadores de
Piratininga. Índias, não índios, foi
ainda o que trouxeram de prefer-
rência os comerciantes de carijós
que, em meados do século XVI,
vinham de Assunção até São Vi-
cente pelo caminho terrestre que
as autoridades logo mandariam ce-
gar. E mais tarde portugueses e
índios do planalto ainda se cha-
mariam reciprocamente não é cer-
to, de "cunhados", mas de "com-
padres", numa familiaridade que
sem ferir padrões nativos impedia
graves fricções entre as duas ra-
ças, e que em São Paulo, tanto
quanto no Paraguai, acabaria fa-
zendo da língua dos conquistados
a dos conquistadores e filhos de
conquistadores.

O documento em questão consiste
num longo informe sobre as
cidades do Paraguai e do Guairá
espanhoís, escrito às vésperas de
uma série de investidas bandei-
rantes que ia resultar na incorpo-
ração parcial daquelas terras à
coroa portuguesa. Por ele saber-
mos de que modo viviam os mo-
radores da região gairenha e tam-
bém de Santiago e Xerez (hoje sul
de Mato-Grosso) e como andavam
ali associados a clérigos e leigos
idos de São Paulo. A tal ponto
se entendiam uns e outros, que
muitos encomenderos castelhanos
se acumpliciariam depois com os
invasores paulistas e colaborariam
nas suas razias. Destes espanhoís
de Guairá dirá finalmente o Padre

(Conclui na 6.ª página)

Continua na página seguinte

Letras

(Conclusão)

100 índios nas maiores; nas menores, um para 15); sobre a grandeza e opulência da capitania, que em um só ano chegara a produzir cento e quinze alqueires de trigo e render 2.300 cruzados para Sua Majestade; sobre a quantidade de índios escravizados na mesma capitania, superior a 40.000; por último, mas *not least*, sobre a facilidade com que nas costas vicinidades se construíam embarcações, pois só ele, o informante, homem de poucas posses e sem índios, pudera fabricar ali dois navios para o tráfico de Angola.

O sr. Cortesão identifica o autor deste papel, todo ele uma vitoriosa luta contra os paulistas, ao Manuel João Branco das Atas da Câmara de São Paulo. A identificação parece indiscutível. Caberá acrescentar que nascido em Avelar, Portugal, segundo se infere de seu testamento (publicado no vol. XIII dos *Inventários e Testamentos*, São Paulo, 1921), Manuel João vivera em constantes rixas com os caçadores de índios. Sua informação ainda atesta, antes da Restauração, uma perfeita fidelidade a Sua Majestade Católica e à causa dos castelhanos no Novo Mundo. Mais tarde deve ter mudado de idéia, indo ao ponto, se é exata a tradição, de ir oferecer ao rei português, (que seria D. João IV, não Afonso VI como está em Pedro Taques, visto como Branco faleceu em Lisboa entre 1642 e 43) um cacho de bananas feitas de ouro. Se o caso é verdadeiro, não custa supor que seu gesto visaria a corrigir o mau efeito provocado entre portugueses pelo seu devotamento ao soberano da véspera.

E sua atitude não constitui exceção rara. Sangue e origem nem sempre foram os fatores mais decisivos nas relações entre portugueses e espanhóis durante os primeiros tempos da ocupação da bacia platina. E se eu tivesse de fazer algum reparo à tese do minante nos sábios comentários do sr. Cortesão seria este, que nela, portugueses e luso-brasileiros, de um lado, castelhanos de outro, parecem obedecer insistentemente a uma espécie de fatalidade histórica, superior aos seus interesses e paixões quotidianos. Aos excessos de uma interpretação econômica substituindo-se assim uma interpretação declaradamente geopolítica. Segundo esse ponto de vista, toda a expansão lusitana em nosso continente baseou-se num intento minucioso e previamente disciplinado, manifesto desde o momento em que Aleixo Garcia, um dos naufragos da armada de Solís, empreendeu sua fabulosa entrada desde a costa de Santa Catarina até às serras hoje bolivianas.

A argumentação apresentada reclamaria, sem dúvida, algum debate. Que aos bandeirantes sobrou constantemente um acendrado patriotismo português e anti-espanhol parece hoje acima de discussão. Mas que sua atividade se inserisse em uma espécie de programa deliberado, explicável por considerações geopolíticas (quando em realidade eles contrariaram muitas vezes nessa expansão a vontade e os interesses da metrópole) é o que não se pode aceitar sem hesitação.

A própria aventura de Aleixo Garcia, animada talvez pelas notícias do Rei Branco e das terras ocidentais, ricas em metal precioso, não pode ser invocada sem reservas em favor da tese, quando a própria nacionalidade portuguesa do pioneiro continua sujeita a contestações. Se além disso o caminho praticado por volta de 1553 entre São Vicente e Assunção o fora primeiramente pelos portugueses do litoral vicentino, conforme supõe o sr. Cortesão, é outro assunto ainda discutível. Em seminário organizado há poucos anos pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, publicado pelo mesmo instituto em

1948, tentei mostrar, e, creio, com bons fundamentos, que o frequentaram tanto espanhóis quanto portugueses, e que sua utilização foi sobretudo estimulada pelas autoridades do Paraguai. Aberta, aliás, pouco antes de 1552, essa via foi fechada em 1553 por ordens terminantes da própria Coroa de Portugal.

E se Nobrega, jesuíta português "pensou em alargar conjuntamente as missões portuguesas e a soberania nacional até ao Paraguai", segundo nota ainda o sr. Cortesão, pode-se lembrar que o designio de alargar tanto aquelas missões fora animado pelo próprio capitão espanhol do Paraguai, prova de que não via nele nenhum perigo de extensão da soberania portuguesa. E embora Nobrega tenha a princípio alimentado dúvidas sobre o direito dos castelhanos sobre Assunção, conforme se depreende de uma das suas cartas, mais tarde voltou aparentemente atrás e passou a chamá-lo por várias vezes "terra do Imperador", erigindo-se ao mesmo tempo em defensor dos castelhanos contra portugueses e tupis que os molestavam. Esse fato grangeou-lhe logo as simpatias e a confiança de Itala, como se pode deduzir da correspondência publicada do governador espanhol do Paraguai.

TODAS essas razões, e não somente elas, parecem militar contra uma aquiescência tranquila às conclusões geopolíticas a que chegou o sr. Jaime Cortesão. E cabe pensar que tais conclusões não pareceriam tão evidentes ao ilustre historiador, se ele não as tivesse procurado, desde o começo, com tão vivo empenho. Por outro lado esse mesmo empenho é um dos aspectos do zelo com que se dedicou, não apenas à leitura e organização, mas ainda ao estudo e análise dos textos ora impressos. E acentuar o estímulo ao debate, que se encerra nesses seus comentários, ainda é um modo de prestar tributo ao esforço generoso e realmente benemérito do sr. Jaime Cortesão.

Para remessa de livros:
Rua Haddock Lobo, 1625, (São Paulo).

HISTÓRIA E...

(Conclusão)

Durán, à página 213, que são "mui ricos porque se contentam com su pobreza". Não tendo realmente ambição, nem desejo de alcançar honra nesta vida, nem de elevar sua linhagem, o ofício supremo a que aspiravam era o de alcaides dos seus lugarejos. Não cuidavam de ter notícias de Espanha ou Flandres, não comiam pão, salvo o da terra que era a manduoca, não conheciam moedas, nem vinhos de uva, nem vacas, nem ovelhas. Se comiam carne era de galinhas e porcos das suas miseráveis criações, ou então de antas do mato, que, brancas e macias como terneiro, davam a melhor caça do país. De algodão tecido e tinto cobriam a própria magreza e raramente alcançavam vestidos de Espanha em troca de alguma erva mate.

AOS interessados em nossa ontologia histórica proporcionará este volume subsídios extremamente valiosos. Os dados por exemplo sobre os terríveis paiaçuás, que no século XVIII tanto infestariam as menções, bem merecem acrescentar-se aos compilados por Max Schmidt no estudo quase exaustivo que o saudoso antropólogo alemão escreveu há três anos para a *Revista do Museu Paulista*. Ainda mais importante são as notícias sobre os Guaicurús quando entre esse gentio ainda não se generalizara o uso do cavalo destinado a revolucionar sua vida trivial. Ou os informes sobre os gualachos e carijós, às páginas 296 e seguintes que sugerem confronto com a admirável relação da missão aos Patos, do Padre Jerônimo Rodrigues, publicada há alguns anos por Serafim Leite.

Especialmente interessantes para o historiador são os testemunhos acerca dos mamelucos do Brasil, que já em 1614, e talvez antes, principiam a infestar as reduções sulinas. E dentre esses testemunhos, nenhum mais curioso do que o extenso relatório endereçado a Sua Majestade em 1636 por certo Manuel Juan ou Manuel Juan de Morales, morador na vila de São Paulo.

Nesse depoimento deparamos com numerosos pormenores até aqui ignorados ou mal sabidos sobre o que foram, por exemplo, as sondagens de ouro e ferro ao tempo de D. Francisco de Sousa; sobre a organização ordinária das entradas seiscentistas, em particular a relação numérica aproximada de brancos ou mamelucos — "portugueses" — para índios em cada bandeira (um branco para